

# A controvérsia sobre a classe “particípio” à luz da oposição ‘X-do’ / ‘X-vel’

## The “participle” controversy as part of speech in view of the opposition ‘X-do’ / ‘X-vel’<sup>1</sup>

José Carlos de Azeredo\*

### RESUMO

O lugar do particípio formador da ‘voz passiva’ no conjunto das classes de palavras é tema de controvérsia, inscrita em sua própria designação – particípio –, uma forma cujas características gramaticais revelam a ‘participação’ de traços do verbo e do adjetivo. Alguns dos fundamentos tradicionais para a incorporação das formas ‘em –do’ passíveis de flexão ao paradigma do verbo (p. ex., função atributiva e seleção de argumentos com papel semântico de paciente) servem também para a maioria das formas ‘em –vel’ (*aplicável, consumível*), mas nem por isso há controvérsia quanto à classificação delas como autênticos adjetivos. Efetivamente, a alegada ‘natureza verbal’ que embasa a permanência do particípio variável na classe ‘verbo’ está presente, em alta escala, em adjetivos deverbais em –vel. Este artigo revisita essa polêmica e endossa a proposta de reunir umas e outros na mesma classe: ADJETIVO.

**Palavras-chave:** Tradição descritiva; morfologia derivacional; adjetivos e particípios; sufixo –vel.

---

1 Uma primeira versão deste texto fez parte da coletânea *A linguística em diálogo*, publicada no ano de 2018 em comemoração dos 40 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023nEspecial.1396>

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [jc.azeredo@terra.com.br](mailto:jc.azeredo@terra.com.br)

Orcid 0000-0003-2882-4805

## ABSTRACT

The place of the formative participle of the ‘passive’ in the set of word classes is controversial, as reflected in its own designation – participle – a form whose grammatical features reveal the ‘participation’ of verb and adjective features. Some of the traditional justifications for including inflectional ‘in –do’ forms in the verb paradigm (e.g. attributive function and argument selection with the semantic role of the patient) also apply to most ‘in –vel’ forms (aplicável, consumível), but this does not mean that the classification of these forms as true adjectives is controversial. In fact, the alleged ‘verb nature’ that supports the retention of the variable participle in the ‘verb’ class is highly present in verbal adjectives in -vel. This article revisits this controversy and supports the proposal to group the two in the same class: adjective.

**Keywords:** Descriptive tradition; derivational morphology; adjectives and participles; suffix *-vel*.

## Introdução

As origens e o percurso do pensamento gramatical referente à língua portuguesa têm destaque no espectro de temas a que Leonor Lopes Fávero dedicou sua longa e profícua carreira de pesquisadora e formadora de pesquisadores. O texto presente, com que participo desta homenagem à sua memória, se inscreve nessa linha de reflexão, uma vez que retoma a polêmica sobre o lugar do particípio formador da ‘voz passiva’ no conjunto das classes de palavras: uma forma do verbo ou uma variedade de adjetivo? Para tanto, dá-se uma breve notícia sobre a análise do particípio na antiguidade greco-romana, bem como sobre os modos de incorporação desse conceito pelas análises empreendidas por autores de gramáticas das línguas românicas entre o final do século XV e o final do século XVIII. Em seguida, recordam-se abordagens recentes que ratificam a tradição (uma forma do verbo) e assume-se posição favorável à análise alternativa (uma variedade de adjetivo).

## 1. História de um termo

O modelo greco-romano – bem o sabemos – forneceu a régua e o compasso para a análise das línguas vernáculas empreendida desde o Renascimento. Por esse modelo, o particípio ocupava um escaninho próprio no conjunto das classes. Ele era uma das oito classes discriminadas na primeira descrição gramatical da língua grega, empreendida por Dionísio Trácio (170 a. C. – 90 a. C.), e na obra do primeiro grande gramático romano (Marco Varrão, 116 a. C. – 27 a. C.). As muitas gramáticas da língua latina produzidas ao longo da Idade Média mantiveram essa lição.

O vocábulo «particípio» vem do latim *participium* (tradução do grego *μετοχή*). O termo retratava a natureza complexa da classe, que reunia características do nome – já que também se flexionava em caso – e do verbo – pois também apresentava variação mórfica para a expressão do tempo (particípio presente, particípio pretérito e particípio futuro). Já se encontrava, portanto, nessa origem a semente do posicionamento flutuante do particípio no território das classes de palavras.

As gramáticas do latim clássico referem-se a quatro subclasses de particípio:

- a) Particípio presente: *fluens, -entis* (port. fluente. Outros: atraente, penetrante).
- b) Particípio pretérito: *conservatus, -a, -um*. (port. conservado. Outros: agitado, atraído).
- c) Particípio futuro ativo: *nasciturus, -a, -um*. (port. nascituro. Outros: futuro, ventura).
- d) Particípio futuro passivo: *despiciendus, -a, -um* (port. despiçando. Outros: memorando, mestrando).

Embora dê continuidade à tradição greco-romana, que conferiu ao particípio uma classe distinta do verbo, a gramática das línguas modernas despojou o particípio do status de classe à parte. Em geral tratando o particípio como peça do paradigma verbal, ela afasta-se de sua matriz, não obstante

algumas notas dissonantes, que se registram mais à frente. Essa ‘ruptura’ era, porém, apenas aparente, já que essa gramática se esforçou em preservar a categoria da voz como uma componente a ser descrita no âmbito do verbo. Assim é que a distinção entre ‘verbo ativo’, ‘verbo passivo’ e ‘verbo neutro’ ocorre amiúde nas obras para retratar relações entre o verbo e seu sujeito, relações que na gramática do latim clássico eram morfologicamente expressas por desinências das vozes ativa e passiva.

A explicação mais plausível para esta e tantas outras decisões descritivas é o fato de que as primeiras gramáticas das línguas modernas foram escritas pelo modelo das gramáticas do latim clássico. Era comum a produção de gramáticas pedagógicas que tinham por objeto uma língua moderna. O objetivo dessa gramática, no entanto, era instruir o estudante no funcionamento de sua língua materna, a fim de que, senhor da metalinguagem gramatical e trabalhando por analogia, ele encontrasse maior facilidade na aprendizagem da língua que lhe daria acesso aos bens da cultura intelectual: o latim.

Era “normal”, portanto, que o gramático buscasse, na estrutura da língua que estava descrevendo, as formas e construções que revelassem equivalências com as categorias da gramática latina. Foi esse o espírito da gramática portuguesa de Contador de Argote (1725). Suas *Regras da Língua Portuguesa* (1725) tinham como subtítulo, sintomaticamente, a expressão “Espelho da Língua Latina”.

A inadequação desse procedimento não escapou a um gramático da primeira metade do século XIX, Solano Constâncio, que escreveu (a ortografia foi atualizada):

“Se a língua portuguesa é essencialmente latina nas vozes ou vocábulos, é por certo bem distinta nas desinências dos nomes e verbos, e na construção, no valor e funções das partículas. Não é menos diferente na prosódia e na versificação. Erraram pois os autores que para a gramática portuguesa tomaram por base a latina (...).” Constâncio (1831: 3)

## 2. O particípio na tradição das gramáticas românicas

Em sua *Gramática de la lengua castellana* (1492), primeira gramática de uma língua românica, Antonio de Nebrija reservou para o particípio um lugar independente entre as dez classes de palavras:

Participio es una de las diez partes de la oración, que significa hazer y padecer en tiempo como verbo, y tiene casos como nombre; y de aquí se llamó participio, por que toma parte del nombre y parte del verbo. Nebrija (1492/1980: 191)

Lição idêntica foi seguida pelos autores da *Grammaire Générale e Raisonnée* (1660):

Os particípios são verdadeiros nomes adjetivos e por isso aqui (o capítulo dedicado ao verbo) não seria lugar para falar deles, a não ser por causa da ligação que eles têm com os verbos. Essa ligação consiste, como dissemos, no fato de que significam a mesma coisa que o verbo, exceto a afirmação que lhes foi tirada e a designação das três pessoas diferentes, que segue a afirmação. Arnaud e Lancelot (1660/2001: 107).

Um pouco antes, na mesma obra, Arnaud e Lancelot já haviam anunciado esta posição:

...a razão essencial pela qual um particípio não é um verbo está em que não significa uma afirmação; daí decorre que não pode constituir uma proposição (o que é próprio do verbo), a não ser acrescentando-lhe um verbo, isto é, restituindo-lhe o que se lhe tirou ao mudar o verbo em particípio. Idem (1660/2001: 85).

A *Arte da Grammatica* do português Reis Lobato (1770), expressa o entendimento mais difundido nos séculos XVIII e XIX sobre a natureza e o papel do particípio:

O particípio é um nome adjetivo, que participa (do que lhe provém o nome) do verbo, de que se deriva a propriedade de mostrar também o tempo, em que se obra a coisa, que significa como v.g. o Particípio *Reinante*, que

significa não só a pessoa, que reina, mas também mostra que reina no tempo presente.

O particípio ou é ativo ou passivo.

Particípio ativo é aquele, que significa alguma ação que obra no tempo presente, como v.g. *Amante*, que significa o que obra a ação de amar no tempo presente.

Particípio passivo é aquele, que significa o que padeceu a ação, que alguém obrou no tempo passado, como v.g. o Particípio passivo *Amado*, *Amada*, que significa o que padeceu a ação de amar, que outro obrou no tempo passado. Lobato (1770: 167)

Diferentemente da tradição gramatical portuguesa e brasileira, a tradição gramatical espanhola revela divergências notáveis sobre o lugar do particípio no conjunto das classes de palavras, conforme se lê na obra de Calero Vaquera (1986, p. 134):

El participio comienza a ser tratado como categoría independiente a partir de Dionisio de Tracia, quien lo definió como la “parte de la oración que participa de los rasgos del verbo y del nombre”.

También en Roma el participio seguía considerándose clase de palabras autónoma e independiente, por influencia de la gramática griega; de Prisciano tomamos la siguiente descripción del participio:

“Clase de palabras relacionada con el verbo por derivación; posee las categorías de los nombres y las de los verbos (tiempos y casos) y es, por tanto, distinto de los dos.

Hasta la época renacentista no se plantea la posibilidad de que esta parte de la oración no sea tal parte, sino una subcategoría perteneciente bien al adjetivo, bien ao verbo, tal como resuelven el Brocense o Port-Royal. De estas dos corrientes de opinión surge la doble tendencia que en la consideración del participio se observa en el período que estudiamos:

1. El participio es categoría independiente, separada de las demás.
2. El participio no es de ninguna manera una categoría autónoma, sino englobada según unos autores en el nombre (adjetivo), según otros en el verbo.

Chervel (1977, p. 246), por sua vez, referindo-se à situação em França, dá conta de uma tradição dividida em época mais remota, mas unificada modernamente:

“La nouvelle grammaire scolaire fait purement e simplement disparaître le participe de la liste des parties du discours. Les grammairiens anciens avaient reconnu ses affinités à la fois avec le verbe (le participe est une forme du verbe), et avec l’adjectif, dont il a souvent le fonctionnement syntaxique. Aussi hésitait-on, au XVIIIe siècle: fallait-il le traiter avec le verbe, comme un mode (Beauzée, Silvestre de Sacy), ou après le verbe, comme une sixième partie du discours (Régnier-Desmarais, Restaut)?

### 3. A novidade românica

A gramática das línguas neolatinas trazia, porém, uma novidade, proveniente do latim vulgar: com o desaparecimento das desinências da voz passiva, a indicação estrutural da passividade do sujeito foi amplamente absorvida pela união do verbo copulativo ‘ser’ e o particípio, construção de resto já presente na gramática do latim clássico, mas apenas para as formas verbais perfectivas (pretérito perfeito, mais-que-perfeito etc.).

A grande novidade ficou por conta da “criação” de um particípio do pretérito invariável, integrante das formas que ganharam a denominação de ‘tempos compostos’. A forma em –do que se consolidou nas locuções – tempos compostos – introduzidas por ter/haver (*Eu tinha comprado os sapatos*) foi uma novidade que, mesmo desprovida de marcas morfológicas do verbo, é um verdadeiro verbo, como comprovam as seguintes propriedades gramaticais: a) não ocupa outro lugar estrutural além de núcleo léxico do predicado, situação em que vem obrigatoriamente precedido de v. aux. ter/haver (*O muro caiu/O*

muro tinha *caído*); b) rege o objeto direto tal como qualquer forma flexionada de verbo transitivo direto (eu li a carta/eu tinha lido a carta), e c) integra o paradigma de todos os verbos, sem exceção, ao passo que o particípio variável em gênero e número é utilizado na construção da voz passiva, tipicamente – embora não exclusivamente – relacionada à natureza semântica e sintática dos verbos transitivos diretos.

Os primeiros gramáticos portugueses não acharam que as consequências da perda das desinências da voz passiva precisassem ser levadas em consideração na hora de decidir onde ficaria a expressão gramatical da diferença entre atividade e passividade do termo que formava a proposição ao lado do verbo. A gramática de Reis Lobato, dividida em amplas seções intituladas Livros, dedica duas delas ao verbo. Uma delas, o Livro IV, trata exclusivamente das formas perfectivas e se encerra com o estudo do ‘particípio do pretérito’. Fica claro que Reis Lobato o considerava uma parte do verbo.

Ratificando esse ponto de vista, via de regra as gramáticas escolares modernas reservam, no capítulo dedicado à morfologia do verbo, uma seção em que é apresentada a “conjugação da voz passiva”. A conclusão parece ser esta: se a voz é expressa por uma flexão do verbo, como pensam alguns gramáticos, não se poderia dizer que a palavra que o representa na voz passiva pertence a outra classe. Ou seja, se se entende que a diferença entre *Ana guardou as joias* e *As joias foram guardadas por Ana* é indicada, entre outras coisas, por uma relação flexional entre *guardou* e *guardadas*, é necessário atribuir a mesma classe a essas duas formas. Ambas pertencem à classe ‘verbo’.

Não há dúvida de que a análise assim feita ainda é tributária do modelo das gramáticas do latim clássico, língua em que o verbo apresentava uma flexão de voz. Isso não acontece, porém, nas línguas românicas, oriundas do latim vulgar. Em português – assim como no espanhol, no francês e no italiano – o recurso gramatical empregado sistematicamente para atribuir o papel de paciente ao sujeito pertence à sintaxe da língua.

## 4. Pelo reposicionamento do particípio variável/passivo

O motivo implícito da opção por incluir o particípio variável, ou particípio passivo, no paradigma verbal – e assim classificá-lo como uma forma do verbo e não como um adjetivo – é a ideia de que o verbo varia não só em tempo-modo e número-pessoa, mas também em voz, haja vista a alta regularidade da correspondência entre as construções de um par como *Ana guardou as joias/As joias foram guardadas por Ana*. Tal regularidade é comprovada no fato de que o particípio preserva ou herda as propriedades semânticas e os constituintes que cercam o verbo que lhe serve de base.

Consideremos, a propósito, os seguintes enunciados:

1- Tomada pela radicalidade das mudanças que pode provocar no mundo, a eleição de Donald Trump é equiparada ao histórico ataque terrorista (de 11/9). (Josias de Sousa. UOL, 9/11/16)

2- Tomada pela radicalidade das mudanças que pode provocar no mundo, a eleição de Donald Trump é equiparável ao histórico ataque terrorista (de 11/9).

Segundo o pensamento que prevalece nas obras que vimos citando, no primeiro enunciado estamos diante de uma construção passiva (verbo auxiliar ser + particípio passivo); no segundo, uma construção atributiva (verbo copulativo + adjetivo). Pensamos, porém, que o bem conhecido compartilhamento de propriedade morfossintática (expressão formal da variação de número) e de propriedades sintáticas (função atributiva na composição do sintagma nominal e função predicadora mediada por verbo copulativo) faz do par de formas *equiparado* x *equiparável* um forte candidato à inclusão em uma mesma classe. O que as distingue é a representação da analogia entre a eleição de Trump e o ataque às torres gêmeas: com ‘equiparado’, o enunciador é taxativo e se refere a um estado de coisas consensual no noticiário; com ‘equiparável’, o enunciador é cauteloso e apresenta o estado de coisas como uma possibilidade, ancorada no seu ponto de vista.

Se há uma construção de passividade na primeira, também há na segunda, com a diferença entre o consumado (*equiparado*) e o potencial (*equiparável*). Se dissermos que ‘equiparada’ preserva a natureza verbal, não há como não enxergá-la em ‘equiparável’. Segundo Ignacio Bosque, “los participios regulares no aparecen en el diccionario porque su forma y su significado se obtienen de los principios básicos de la sintaxis” Bosque (1999: 277). Esta observação aplica-se integralmente às formações regulares em ‘-vel’ (*apoiável*, *extraível*, *descascável*). É incontável o número de adjetivos potenciais criáveis pelo modelo ‘X-vel’ e que “no aparecen en el diccionario porque su forma y su significado se obtienen de los principios básicos de la sintaxis”.

O fato de as formas em ‘-vel’ serem sistematicamente classificadas, sem questionamento, como adjetivos, a despeito de apresentarem várias das propriedades invocadas para contrapor participípios passivos e *adjetivos autênticos*, me parece uma situação incômoda para a tese que sustenta o posicionamento desses últimos dois subtipos em classes diferentes.

Com efeito, essas formas têm muito em comum com os participípios passivos (função atributiva e seleção de argumentos com papel semântico de paciente/tema). A comutação delas (v. g. A alface é *substituível* por chicória/A alface é *substituída* por chicória; produtos *negociáveis* no mercado livre/ produtos *negociados* no mercado livre) demonstra que os traços gramaticais que as distinguem envolvem aspecto e modalidade<sup>2</sup>, mas não classes de palavras. Em ambas as construções, verifica-se a previsibilidade semântica que vem sempre acompanhada de alta produtividade, tornando dispensável, em função da redundância, o respectivo registro lexicográfico. A alegada

---

2 Trata-se de uma característica salientada, entre outros, por Pereira et alii: “A modalidade é uma das propriedades mais características deste sufixo. Os adjetivos em *-vel* têm quase sempre um significado que é, na sua gênese, relativamente modalizado (encarando a modalidade enquanto forma de expressar a atitude do enunciador para com o enunciado), o que se pode ver no facto de as suas paráfrases conterem os típicos verbos modais do Português – *poder* e *dever*.” Pereira et alii (2013: 56)

‘natureza verbal’ que embasa a permanência do particípio variável na classe ‘verbo’ também está presente, em alta escala, em adjetivos deverbais em –vel. O que aqui se defende é que o particípio variável em gênero e número não pertence à classe VERBO. De duas, uma, portanto: ou lhe reservamos uma classe distinta, a que pertenceriam também as formas em ‘–vel’, que se produzem largamente com significação altamente previsível (bebível, comprável, retribuível), ou a incluímos na classe ADJETIVO.

## 5. Regularidade e previsibilidade semânticas como critério

“La mayor parte de los participios no están en el diccionario. Este hecho, lejos de constituir una ausencia involuntaria de los lexicógrafos o una omisión censurable, viene a establecer indirectamente la clave de la diferencia entre las dos categorías que comparamos: los participios regulares no aparecen en el diccionario porque su forma y su significado se obtienen de los principios básicos de la sintaxis.” Bosque (1999, p. 277).

“Existem alguns verbos, especialmente transitivos, cujo particípio é formalmente idêntico a uma forma adjetival, constituindo esta o resultado de uma recategorização do particípio. O adjetivo, embora mantenha alguma relação semântica (por vezes tênue) com o verbo e o particípio regular, tem um sentido idiossincrático que não pode ser deduzido do significado do verbo da mesma maneira que o significado de um particípio regular pode.” Veloso e Raposo (2013, p. 1483).

Estas citações apresentam o mesmo argumento a favor da necessidade de distinguir emprego verbal e emprego adjetival do particípio variável. Como forma de verbo, o particípio tem um significado regularmente calculado a partir do que o verbo correspondente significa; por isso, o dicionário nem sempre o registra. Como adjetivo, esse significado apresenta necessariamente algum traço que lhe dá uma espécie de autonomia semântica em relação ao verbo. É o que se comprova nos dois significados de ‘educados’ nos exemplos

abaixo. O significado de educar se acha inteiramente preservado apenas em 3; o refinamento da educação, inerente ao sentido do exemplo 4, é debitado à função atributiva do adjetivo:

3- Os filhos dessas famílias eram educados em colégios religiosos (particípio)

4- Os filhos dessas famílias são meninos muito educados. (adjetivo)

A diferença é óbvia, mas não seria suficiente para justificar a distinção de classes proposta, já que a variação entre sentido previsível a partir da semântica do verbo (exemplo 3) e sentido idiossincrático (exemplo 4) também se dá em formações deverbais com o sufixo ‘-vel’. No exemplo abaixo, o adjetivo ‘notável’ tem um sentido regularmente produzido por um mecanismo gramatical semelhante ao da formação dos particípios:

5- Esses sinais não são notáveis a olho nu (= não podem ser notados)

Uma especialização de sentido levou ‘notável’ a expressar um juízo de valor que não faz parte do significado do verbo (ver o exemplo 6):

6- Os dois mágicos que vão à final do concurso são notáveis (= dignos de atenção, extraordinários)

Foi exatamente o que aconteceu com ‘educado’ no exemplo. Nem por isso, porém, nos ocorre a ideia de atribuir a ‘notável’ classes diferentes para distinguir o sentido sintaticamente previsível e regular de 5 e o sentido privativo e idiossincrático de 6.

A exemplo do que ocorre com os ‘particípios variáveis’, de significação regular e previsível a partir do significado do verbo base, a incorporação das formas em –vel pelos dicionários é aleatória sempre que o significado delas é regular e pode ser descrito mediante a fórmula ‘que se pode V-r’ (ocultável = que se pode ocultar). Em ambas as construções, verifica-se a previsibilidade semântica que vem sempre acompanhada de alta produtividade, tornando dispensável, em função da redundância, o respectivo registro lexicográfico, a que alude Ignacio Bosque (v. acima).

A referida aleatoriedade/ irregularidade pode ser comprovada na primeira edição do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, por exemplo. Ali registram-se ‘perdível’, mas não ‘cortável’; ‘extraível’ e ‘contraível’, mas não ‘subtraível’; ‘engolível’, mas não ‘deglutível’ nem, tampouco, ‘ingerível’; ‘descascável’, mas não ‘descaroçável’; ‘sopitável’, mas nenhum de seus sinônimos ‘serenável’ ou ‘abrandável’.

Em uma crônica de Paulo Mendes Campos, datada de 1962, ocorre o adjetivo ‘saldável’, que não figura no Houaiss, no Aurélio ou sequer no VOLP. A regularidade dessa criação léxica é análoga à dos adjetivos participiais:

“Cruzei o saguão do hotel, convencido de que as dívidas dessa natureza protocolar, para a mútua comodidade, são *saldáveis* com dois apertos de mão e cinco minutos de cordialidades sociais.” Campos (1962, p. 41.)

## 6. A eventividade como critério

Segundo a GDLE e a GP, já aqui citadas, um traço básico que distingue o particípio passivo de sua recategorização como adjetivo é a conceptualização de um conteúdo como um evento. Ainda de acordo com Bosque (obra citada), “En muchos casos se percibe de manera relativamente clara la relación entre el estadio final y la acción en que se desemboca” Bosque (1999: 282). O substantivo modificado por um particípio passivo nomeia uma entidade afetada no evento; no papel de adjetivo, a forma em –do apresenta o estado resultante sem pressupor o processo que o antecedeu. Noutras palavras, a informação – um estado – expressa no particípio pressupõe, necessariamente, um evento que resulta nesse estado.

Os exemplos a seguir mostram o uso de ‘adequado’ retratando um evento em 7 e um estado/atributo em 8:

7- O novo projeto não perdeu as características fundamentais ao ser *adequado* pelos engenheiros às normas da prefeitura. (Eventivo, implica que os engenheiros adequaram o projeto às normas)

8- O uso de bermudas é *adequado* nos dias quentes de verão. (Atributivo, não implica uma ação prévia que culminasse em um estado).

Uma vez mais, a diferença semântica é invocada para dar respaldo à distinção entre particípio passivo e adjetivo.

Observando agora esse outro par de exemplos:

9- ‘O diretor supervisionou a *adequação* do projeto às normas da prefeitura’ [‘adequação’ significa o processo de ‘adequar’, em acepção nitidamente eventiva] e

10- ‘O diretor do colégio reconheceu a *adequação* do uso de bermudas nos dias quentes de verão’ [‘adequação’ significa um ‘estado de coisas’ conceptualizado independentemente daquilo que o gerou].

nota-se que em 9 ‘adequação’ denota o evento – um processo que pode se desenrolar como uma sequência de atos, sentido compatível com a progressividade inerente ao verbo ‘supervisionar’ – ao passo que em 10 o verbo ‘reconhecer’ impõe ao nome ‘adequação’ a representação de um fato em si, pontual, situado em um dado momento. Trata-se da mesma diferença conceptual que distingue ‘adequado’ em 7 [= estado que pressupõe um ato prévio representado pelo verbo ‘adequar’] e 8 [= atributo que não pressupõe o mesmo ato prévio] .

Referindo-se aos empregos de formas como ‘afastado’ – particípio em ‘O diretor do presídio foi afastado do cargo’, e adjetivo em ‘Ela mora em um bairro afastado [= distante] do centro da cidade’ – Bosque (1999), que citamos uma vez mais para uma boa costura de nossa reflexão, afirma: “En todas estas situaciones el adjetivo perfectivo designa un estadio episódico, pero no tiene en cuenta el evento que lleva a él, exactamente lo contrario de lo que sucede con el participio.” (p. 282).

Nossa questão é, no entanto, a seguinte: se, em última análise, a supracitada distinção semântica dá suporte à atribuição de classes diferentes a ‘adequado’ em 7 e 8, que boa razão poderíamos ter para ignorar a relevância desse mesmo critério quando a forma em questão é um substantivo como

‘adequação’, sujeito a variação semântica análoga à do particípio ‘adequado’? Ou, por outra, por que a mencionada variação semântica deve amparar uma distinção de classes para ‘adequado’, mas não para ‘adequação’?

Com efeito, há na língua uma enorme quantidade de nomes que, oriundos de verbos tanto quanto os particípios, compartilham com eles o traço eventivo (passeio/passear, retorno/retornar, saída/sair, balanço/balançar). Comparando ‘Sinto-me bem quando passeio à noite’ e ‘Um passeio noturno me faz bem’, nota-se que em ambos os enunciados registra-se um evento capaz de causar uma experiência psicológica agradável. O mesmo substantivo ‘passeio’ pode, ainda, designar o espaço geográfico propício ao evento: ‘A prefeitura vai instalar banheiros químicos ao longo do passeio público’.

Analogamente, a experiência de um espetáculo visual é conceptualizada como evento quer se diga ‘Estávamos na praça *quando o bloco passou*’ quanto ‘Estávamos na praça *durante a passagem do bloco*’. A exemplo do que ocorre com *passeio*, também *passagem* pode ser o ponto, o local por onde ‘se passa’: ‘A *passagem* para o interior da gruta está bloqueada’.

Como nunca nos passou pela cabeça a ideia de pôr *passeio* ou *passagem* em classes diferentes para dar conta da dupla conceptualização (ação/evento X lugar), não parece defensável que uma diferença de conceptualização possa fundamentar a atribuição de classes distintas à ocorrência de ‘adequado’ nos exemplos comentados.

## Palavras finais

Os gregos e os romanos nos legaram o modelo de análise gramatical. Eram oito as classes de palavras da Tekhné de Dionísio Trácio (séc. II a.C.), entre as quais figurava o particípio, uma classe provida de tempo, aspecto, gênero e número, distinguida em lugar próprio por sua natureza mista. A história e o uso se encarregaram de submeter o particípio a um desbaste mórfico que resultou na redução de suas formas ao papel de particípios passivos (As casas foram *varridas*) e, no caso mais extremo de acomodação

sintática, o privou de todas as primitivas marcas morfológicas (Ele tinha *varrido* as casas). Esta última foi a grande inovação.

Por conta dessas alterações, passamos a ter dois participípios, um que serve à expressão da passividade do sujeito e se flexiona como os adjetivos, e outro, invariável, que forma os tempos compostos. A tradição gramatical das línguas modernas, que tem início com a publicação da *Gramática de la lengua castellana* (1492), consagraria a incorporação do participípio, independentemente da citada diferença, na classe do verbo. O motivo maior dessa decisão pode ter sido a comodidade de circunscrever ao âmbito do verbo o estudo das vozes ativa e passiva, que é a prática vigente até hoje. A ostensiva afinidade do participípio variável, ou passivo, com os adjetivos sempre foi mencionada e comentada, mas prevaleceu a tese de que seu lugar deveria ser na casa do verbo. Em favor desse ponto de vista, apresentam-se comumente propriedades combinatórias e particularidades quanto à representação conceptual que seriam exclusivas do participípio passivo. No presente trabalho, foram emparelhados enunciados cuja diferença de sentido se limita à permuta entre uma forma em – do e uma forma em – vel (p. ex. ‘equiparado’ *versus* ‘equiparável’) a fim de comprovar que a alegada ‘natureza verbal’ que alguns analistas usam para justificar a separação entre participípio passivo e adjetivo está presente, em alta escala, em adjetivos deverbais em –vel. Teríamos, pois, bons argumentos para reunir uns e outros em uma ampla classe de participípios (consumação *versus* potencialidade do processo) ou, por outra, admitir que os participípios passivos precisam ser descritos como uma variedade de adjetivos, ponto de vista que adotamos.

## Referências bibliográficas

ARNAULD, Antoine e LANCELOT, Claude **Gramática de Port-Royal ou gramática geral e razoada**. Tradução e prefácio de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1660].

BOSQUE, Ignacio. El sintagma adjetival. Modificadores y complementos del adjetivo. Adjetivo y participio. In: BOSQUE, Ignacio y DEMONTE, Violeta (Eds.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa-Calpe, p. 218-30, 1999.

CALERO VAQUERA, María Luisa. **História de la gramática española** (1847 – 1920). Madrid: Gredos, 1896.

CAMPOS, Paulo M. **Homenzinho na ventania**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1962.

CHERVEL, André. **Histoire de la grammaire scolaire**. Paris: Payot, 1977.

CONSTANCIO, Francisco Solano. **Grammatica analytica da lingua portugueza**. Paris: Casa de J. P. Aillaud, 1831.

CONTADOR DE ARGOTE. **Regras da lingua portugueza – espelho da lingua latina**. Lisboa Occidental: Na Officina da Musica, 1725.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LOBATO, Antonio J. dos Reis. **Arte da gammatica da lingua portugueza**. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1770.

NEBRIJA, Antonio de. **Gramática de la lengua castellana**. Edición preparada por Antonio Quilis. Madrid. Editora Nacional, 1980 [1492].

PEREIRA, Rita V., SILVESTRE, João P. e VILLALVA, Alina. Os adjetivos em – vel formados em português: estrutura argumental, estrutura temática e aspecto da base verbal. **ReVEL**, v. 11, n. 20. [disponível em [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)], 2013.

RAPOSO, Eduardo B. Paiva et alii (Eds.). **Gramática do português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v. II, 2013.

VELOSO, Rita e RAPOSO, Eduardo B. Paiva. Adjetivos e participios verbais.  
In: RAPOSO, Eduardo B. Paiva et alii (Eds.). **Gramática do português**.  
Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v. II, p. 1476-1493, 2013.